

Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989)

 /tempoeargumento

 @tempoeargumento

 @tempoeargumento


 **Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz**


Instituto Federal do Ceará

Fortaleza, CE - BRASIL

lattes.cnpq.br/8952655409174588

doragadelha@yahoo.com.br

 orcid.org/0000-0002-7855-5917

 <http://dx.doi.org/10.5965/2175180316412024e0103>

Recebido: 31/07/2023

Aprovado: 26/02/2024

Para citar este artigo:

CRUZ, Maria Auxiliadora Gadelha da. Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989). *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 16, n. 41, e0103, abr. 2024.

Transição democrática brasileira e movimento estudantil na Universidade Estadual do Ceará (1979-1989)

Resumo

Este artigo trata do Movimento Estudantil da década de 1980, na Universidade Estadual do Ceará. Contextualizado nos anos finais da Ditadura Civil-Militar e na redemocratização brasileira, o estudo examinou documentos produzidos pelas entidades estudantis e ouviu oito ex-dirigentes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e de algumas das principais correntes políticas que atuavam naquela universidade. Dialoga com fundamentos teórico-metodológicos da História Oral e traz relatos desses ex-ativistas sobre o contexto político encontrado na universidade e sobre fragmentos das suas militâncias no período.

Palavras-chave: movimento estudantil; transição democrática; UECE.

Brazilian democratic transition and the student movement at the State University of Ceará (1979-1989)

Abstract

This article addresses the 1980s Student Movement at the State University of Ceará, Brazil. Contextualized in the final years of the Civil-Military Dictatorship and onset of Brazil's redemocratization, this study examined documents produced by student bodies, heard from eight Central Student Directorate (DCE) former leaders, and some of the main political currents active at the university at the time. It dialogues with Oral History's theoretical and methodological foundations and gathers the accounts of these former activists about the political context they faced at the University and excerpts of their activism during the period.

Keywords: student movement; democratic transition; UECE.

1. Introdução

O presente artigo explora fragmentos de vida de ativistas estudantis da Universidade Estadual do Ceará (UECE) no contexto da redemocratização brasileira. Busca nessas histórias pessoais, elementos para compreender as várias maneiras pelas quais estudantes entraram no Movimento Estudantil (ME) e atuaram como lideranças nos anos 1980, e os tipos de problemas com que se importaram. Discorre também sobre os anos finais da década de 1970, com a crise da Ditadura Civil-Militar e a retomada dos Movimentos Sociais no Brasil, dentre eles o ME, compreendido aqui como “um conjunto de ações desenvolvidas por estudantes na defesa de seus interesses, reivindicações, lutas, ideias etc.” (Brito, 2008, p. 10).

Como historiadora e, também, como ex-militante do ME daquele período, compreendi a necessidade de pesquisar a atuação política de parte das

juventudes dos anos 1980 em uma universidade estadual de relevada importância na formação de jovens cearenses, a UECE.

Vale registrar que sobre o ME na UECE, infelizmente, não há muitos trabalhos acadêmicos, o que potencializou a importância e ampliou o desafio de estudá-lo. O principal trabalho existente é a tese que estuda a luta pelo ensino público na UECE (Araújo, 2006), a qual apresenta um quadro sintético com nomes e atividades das gestões do DCE do ano 1983 até 1998. Entretanto, sobre os anos 1980, há poucas informações disponíveis, o que é justificado, pela autora, por não haver encontrado materiais sobre o período. Esse fato me incentivou mais ainda a realizar o estudo, considerando a possibilidade de acesso aos ex-dirigentes do DCE, da década de 1980 que, prontamente, se dispuseram a falar nas entrevistas realizadas.

Além da tese mencionada, há trabalhos de conclusão de curso (TCC) que apresentam a temática do ME na UECE, porém, em número pequeno e, de forma específica, abordando a atuação de um ou outro Centro Acadêmico em períodos diversos.

O presente artigo estudou a organização do ME na UECE e tem como recorte inicial a formação da Comissão Pró-DCE no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e a realização do Encontro dos Estudantes da UECE em 1983, quando se deflagrou o processo de eleição para a primeira diretoria da entidade, após a fundação da UECE em 1975. A diretoria do DCE foi eleita em junho e empossada em 01 de julho de 1983. Durante a década de 1980, foram seis gestões: *Construção* (1983/1984), *Avançar na Luta* (1984/1985), *Hora de Mudar* (1985/1986), *Tem Que Ser Agora* (1987/1988), *É Preciso Ter Raça* (1988/1989) e a gestão proporcional *Lutar é Preciso/O Tempo Não Pára* (1989/1990).

Foram ouvidos oito ex-ativistas (seis homens e duas mulheres), sendo cinco ex-presidentes do DCE da década de 1980, uma vice-presidente na gestão proporcional (1989/1990) e duas lideranças das tendências *Caminhando* e *Avançando/Venceremos*. Os oito entrevistados integravam o DCE e /ou algumas das principais tendências políticas no período, tais como: a *Caminhando*, *Avançando*, *Venceremos* e a *Viração*. Tais tendências eram vinculadas a partidos ou outras organizações, algumas, inclusive, clandestinas, presentes no contexto

final da Ditadura civil-militar e da transição democrática brasileira, tais como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Revolucionário Comunista (PRC), Partido da Libertação Proletária (PLP), Coletivo Gregório Bezerra (CGB), Corrente Prestista, e, o então nascente, Partido dos Trabalhadores (PT).

Tais partidos e suas tendências apresentavam posições distintas em relação à sociedade brasileira, num momento de crise da ditadura civil-militar e no processo de redemocratização. Muitas dessas correntes atravessaram a década de 1970 com alterações nos seus projetos de transformação política do país, ou seja, saída por um viés revolucionário ou atuação interna aos processos de redemocratização, via participação nas instâncias institucionais. Nesse sentido, poderiam atuar institucionalmente em partidos como o MDB, na construção do PT e/ou mantendo suas instâncias internas de concepção marxista, leninista e/ou trotskista, por exemplo.

O critério de escolha para o estudo se deu, assim, por contemplar todos os seis representantes das diretorias eleitas ao longo da década, além de líderes das principais correntes políticas em atuação no período: *Caminhando*, *Avançando*, *Viração* e *Venceremos*. Todos estavam à frente da entidade e/ou das suas respectivas tendências políticas.

A pesquisa é ancorada na metodologia da História Oral. Esse suporte teórico-metodológico possibilitou o entendimento de que as experiências humanas, “constitutivas de suas trajetórias, são rememoradas, reconstruídas e registradas a partir do encontro de dois sujeitos: historiador e entrevistado” (Fonseca, 1997, p. 39). Foi nesse caminho subjetivo que registrei fragmentos dessas trajetórias rememoradas, compreendendo a memória como esse “cabedal infinito do qual só registramos um fragmento”, como nos indica Bosi (1979, p. 03).

Além da realização das entrevistas e da revisão bibliográfica, para o estudo, foram examinadas fontes documentais tais como: programas de chapas, teses de congressos, panfletos, jornais e programações de atividades culturais, dentre o conjunto de documentos elaborados pelo movimento no período, disponibilizados no site: “Juventudes e Movimento Estudantil: participação

política dos estudantes da Universidade Estadual do Ceará (1979-1989)” (Cruz; Silva, 2023).

O escopo do artigo está organizado em seis tópicos. O primeiro compõe esta introdução, que elenca a motivação e a justificativa da pesquisa, os objetivos e a base teórico-metodológica utilizada. O segundo faz as primeiras aproximações com o tema movimento estudantil. O terceiro versa sobre a UECE nos anos 1980, apresentando um breve histórico dessa instituição de ensino e o contexto em que se encontrava na década seguinte à sua fundação. Na parte quatro, apresenta-se o Brasil no período da transição democrática e a retomada do ME. O quinto tópico traz narrativas desses estudantes, destaca a chegada deles à UECE, evocando para a discussão e para a análise suas percepções sobre suas atuações políticas naquele momento. Finaliza-se com a apresentação das considerações apreendidas a partir da investigação desenvolvida.

2. Aproximações com o objeto de estudo: movimento estudantil na UECE nos anos 1980

Este trabalho mergulha no universo da militância dos jovens que atuaram no Movimento Estudantil (ME) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), entre os anos 1979 e 1989. O recorte temporal se deu pela importância do período na história política do País: a crise da Ditadura Civil-Militar, a retomada dos movimentos sociais, a redemocratização e a atuação do movimento estudantil nessa década. Era nesse contexto que a UECE, criada em 1975, estava se consolidando, enquanto o DCE foi formado em 1983. Os anos iniciais de atuação do DCE correspondem, portanto, à efervescência da retomada dos Movimentos Sociais no Brasil.

Na pesquisa exploratória sobre o ME, deparei-me com um número maior de trabalhos sobre os anos 1960 e 1970. Essa constatação aparece na tese de Cruz (2012), importante estudo sobre o ME sergipano, no qual o autor afirma que a análise historiográfica revelava a existência, nos programas de pós-graduação, de pesquisas concentradas na década de 1960 e começava a apontar, em alguns trabalhos, para diferentes temporalidades e contextos sociais em que os

estudantes e os seus movimentos atuaram (Cruz, 2012). No trabalho de Menegozzo, o autor pontua que:

Apesar da presença de estudos dedicados ao período pré-1960, são as lutas dos anos 1960 que ocupam a maior parte das referências bibliográficas deste período. Já em relação à produção bibliográfica dedicada à década de 1970, pouco volumoso é o conjunto de estudos que abordam o engajamento político estudantil secundariamente, mesmo quando considerada a variedade de gêneros bibliográficos contempladas no levantamento. *A presença da década de 1990 e dos primeiros anos da década de 2000 nos estudos que abordam a participação política estudantil neste período se situa, em termos quantitativos, entre as abordagens dedicadas aos anos 1960, que prevalecem, e as dedicadas à década de 1970, sendo mais numerosas que aquelas relacionadas aos 1980 – o que se deve, provavelmente, ao impacto das manifestações estudantis pelo “Fora Collor!”* (Menegozzo, 2016, p. 320, grifo nosso).

De acordo com a afirmação de Menegozzo (2016), os anos 1980 aparecem em menor número de publicações; e o autor ainda pondera que isso se deve, possivelmente, ao impacto do movimento “Fora Collor”, de 1992. Esse dado parece reforçar mais ainda a necessidade de estudos sobre a década de 1980.

Lacerda (2015) sublinha seu interesse em compreender a atuação do ME no processo de transição brasileira e justifica:

[...] especialmente, pelo silêncio historiográfico sobre o período transicional percebido pelas poucas produções acadêmicas dedicadas a este estudo e a nossa hipótese inicial sobre a importância do movimento estudantil na luta política pelas liberdades democráticas empreendida por movimentos da sociedade civil entre 1974 e 1985, responsáveis pelo alargamento dos limites da abertura “lenta, gradual e segura” proposta pelos militares (Lacerda, 2015, p. 14).

Esse contexto transicional é precedido por um percurso de lutas e atuação de tendências estudantis, ocorridas em meados da década de 1970. Englobando da realização de Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs) até o Congresso da UNE em Salvador, ocorrido no ano de 1979. Percurso sinuoso e às vezes sem visibilidade, marcado por recuos, espera, pequenos avanços, mas que fortaleceu o movimento no retorno à cena pública em 1977, saindo às ruas para protestar (Muller, 2010).

O estudo de Brito (2017), acerca dos jovens dos anos 1960 também reforçou a motivação para buscar conhecimento sobre os jovens da década de 1980, sobretudo quando o autor reflete em relação ao uso do termo “geração”. Brito (2017) afirma ser comum o uso do termo “geração de 1960” e, de forma mais delimitada, “geração 1968” para referências àqueles que se engajaram politicamente nos anos 1960. Entretanto, o referido autor indaga: O que é geração? Como defini-la? O que separa uma geração da outra? Inspirado em alguns autores, ressalta a importância de pautar o pensamento sobre o conceito de geração não na faixa etária, mas no impacto do acontecimento que molda a noção de geração, suas experiências e suas singularidades (Brito, 2017).

Podemos, então, pensar numa geração de 1980? Houve experiências compartilhadas? Elas eram comuns aos jovens do período ou a uma parcela mais engajada politicamente? As entrevistas realizadas com os ex-militantes contemplam uma parte da juventude da época, não as diversas juventudes. Mesmo assim, as entrevistas permitem pensar e refletir sobre o período. Melluci (1997) indica que os jovens são importantes atores em manifestações coletivas. Para o autor, eles tiveram papel central nas mobilizações estudantis nos anos 1980 na Europa. Novaes (2006) pontua a necessidade de compreender a juventude na sua diversidade, entendendo que as desigualdades e as diferenças, presentes na sociedade, também estão entre os jovens.

Compreendendo que juventudes perpassam momentos históricos de forma diferenciada e com condições econômicas, culturais e histórias de vida diversas, este trabalho estuda parte de uma juventude situada cronologicamente na década de 1980; contudo, trata-se de uma juventude militante, engajada politicamente nas suas entidades e/ou em tendências políticas. O contexto histórico vivido por esses jovens foi o da Ditadura Civil-Militar nos sinais de enfraquecimento, desde o final da década de 1970, passando pela sua derrocada em 1985 até os momentos da transição democrática brasileira.

É nesse período que a possibilidade de expressão política vai favorecendo o fenômeno de expansão das lutas pela democracia (Matos Azevedo, 2006). A vida era agitada naqueles anos e, de forma intensa, muitos estudantes universitários atuavam nos Centros Acadêmicos, nos Diretórios Centrais dos

Estudantes, nos núcleos e/ou células partidárias. Uma parte desses jovens era vinculada às Tendências Estudantis – grupos ligados a partidos e organizações políticas (algumas ainda na clandestinidade) que atuavam no contexto dos movimentos secundarista e universitário, além de outros movimentos sociais. Essas organizações políticas de esquerda, que atuaram no movimento estudantil, em muitos momentos, canalizaram a insatisfação de parcela dos estudantes para uma atuação política organizada, o que contribui para pensar que “seria equívoco analisar as lutas estudantis sem considerar um sujeito político importante: a esquerda” (Brito, 2008, p. 162). A história dessas tendências está situada em meados dos anos 1970, pois, nesse período, de acordo com Santos (2010, p. 45):

havia um esforço entre os líderes estudantis para manter a agitação política dentro da universidade. Esta iniciativa vinha da posição dos militantes das organizações clandestinas. Eram organizadas desde atividades lúdicas como cineclubes, campeonatos esportivos, festas etc., aos grupos de estudos revolucionários. A intenção destas atividades era agregar a massa estudantil dispersa e com medo da repressão e, ao mesmo tempo, incentivá-la na luta contra a Ditadura.

Segundo Della Vechia (2011), essas tendências estudantis eram quase que organizações para-partidárias. *Viração, Unidade, Refazendo, Libelu, Peleia, Trabalho, Avançando, Caminhando* e diversas outras, muitas delas de caráter regional ou local, tiveram um papel fundamental na rearticulação do Movimento Estudantil. Contribuíam para diminuir “as ações espontaneístas, sem planejamento prévio; ajudavam na organização dos estudantes na medida em que comprometiam os indivíduos com o trabalho coletivo” (Della Vechia, 2011, p. 61). Possuíam projetos políticos que extrapolavam a universidade, não disputavam apenas questões específicas, mas projetos distintos para a sociedade brasileira “que em geral tinham um viés identificado com lutas de caráter nacionalista, antiimperialistas e socialistas” (Della Vechia, 2011, p. 81).

Essas tendências estavam na reconstrução das várias entidades estudantis. A dinâmica do ME fez surgir muitas delas, sobretudo nos anos 1970 e 1980. Na década de 1970, em plena repressão política, adotavam denominações distintas evitando transparecer publicamente as agremiações políticas clandestinas que as representavam (Cassian, 2014). *Caminhando, Avançando, Alicerce, Viração,*

Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR8), *Jornal Companheiro* e *Venceremos*, foram algumas que atuaram na UECE e que, também, tinham visibilidade nacional, sendo presentes, inclusive, em gestões da UNE.

Na década de 1980, o DCE da UECE teve seis gestões. Militantes da *Caminhando*, *Avançando*, *Pastoral Universitária*, *Viração*, *MR8*, *Venceremos* – e sem vinculação com as tendências, os “Independentes” – fizeram parte, em distintos momentos, da diretoria do DCE, sobretudo a *Caminhando*, que participou de cinco das seis gestões da década.

Destarte, a pesquisa estudou o contexto transicional brasileiro e a práxis estudantil na universidade nesse período tão marcante. Então, que UECE encontraram na década de 1980?

3. A UECE nos anos 1980

A UECE, nos anos 1980, estava se constituindo, estava ainda em formação. Os estudantes encontram uma universidade em fase de implantação. Sua história era muito recente e, do ponto de vista da sua infraestrutura, havia muito a fazer. Nascida oficialmente com a Resolução nº 2, de 5 de março de 1975, do Conselho Diretor e referendada pelo Decreto nº 11.233, de 10 de março do mesmo ano, ao seu patrimônio foram incorporadas as Unidades de Ensino Superior existentes no estado, além da Televisão Educativa.

Sua instalação foi concretizada em 1977, com os seguintes centros: Ciências da Saúde; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Ciências Agrárias. Os cursos foram distribuídos em ambientes físicos distintos em Fortaleza e em algumas cidades no interior do Ceará (UECE, 2022). A UECE nasce como uma universidade estadual no Nordeste e com um papel fundamental, principalmente, na formação de professores. Está na raiz da sua história e “nesta empreitada foi a precursora da interiorização do ensino superior público no Ceará” (Leal, 2017, p. 107).

No período investigado por esta pesquisa, a universidade teve quatro reitores: Danísio Dalton da Rocha Corrêa (1977-1981), Padre Luiz Moreira (1981-1984), Cláudio Régis de Lima Quixadá (1984-1988), Perípedes Franklin Maia Chaves

(1988-1992). Fazia parte das bandeiras do ME a eleição direta e paritária para a escolha do dirigente máximo da universidade. Oliveira (2022)¹ se reporta aos processos eleitorais lembrando que o ME queria eleição para reitor. “Quando eu entrei na UECE era o Padre Luiz Moreira, [o reitor] e na sucessão, queríamos que fosse escolhido pelo governador o mais votado. E era sempre assim: eles nunca escolhiam”.

Naquele período, essas bandeiras estiveram presentes nos programas de chapas e em decisões do ME, como o boicote à participação estudantil na eleição do Pe. Luís Moreira e o lançamento das candidaturas do Prof. Luís Osvaldo para reitor e da Prof^a. Elvira Sá de Moraes para vice-reitora, articuladas pelo DCE. A ativa campanha foi apoiada, em boa parte, pelo conjunto do ME, e os candidatos obtiveram a maioria dos votos entre os estudantes, mas, pelo critério de proporcionalidade, não foram eleitos.

A UECE atravessa a década de 1980, do ponto de vista da sua estruturação, com muitos problemas evidentes: havia a necessidade de concursos públicos, os espaços físicos eram insuficientes, o que ocasionava o uso de algumas salas inapropriadas para as aulas, o *campus* do Itaperi, ainda não concluído, não dispunha de iluminação adequada, citando aqui alguns dos problemas relatados pelos entrevistados e também presentes em matérias jornalísticas da época.

O *campus* do Itaperi materializava uma das principais bandeiras defendidas pelo ME, que era a sua conclusão. Formando uma rede multicampi de faculdades no interior do estado, a UECE tinha, ainda, unidades nos municípios de Itapipoca, Quixadá, Limoeiro do Norte, Crateús e Iguatu. A diversidade de *campi* era um desafio do ponto de vista institucional e maior ainda para um movimento estudantil que começava a década tentando se estruturar.

Na década de 1980, os problemas de infraestrutura mobilizavam os estudantes e muitas lutas foram travadas em função das pretensas melhorias

¹ OLIVEIRA, José Edelberto Araújo, [Entrevista cedida a autoa]. Leopoldina, 13 de abril de 2022. Ex-estudante de Filosofia, participou da primeira diretoria do DCE, gestão *Construção*, e foi presidente na segunda gestão, *Avançar na Luta* (1984-1985). Pertenceu à Pastoral Universitária e à tendência *Caminhando*. Atualmente, é professor universitário em Minas Gerais.

almejadas. Inclusive com situações de tensão com a polícia como visto na figura 1.

Figura 01 – Tumulto no protesto estudantil.



Fonte: Diário do Nordeste 28/08/1987, p. 12.

O conjunto do movimento estudantil e as diretorias do DCE enfrentavam essas demandas com mobilizações; e com passeatas internas, por exemplo, a passeata das velas, que reivindicava iluminação adequada no *campus* do Itaperi; com um acampamento improvisado para impedir a passagem de uma avenida por dentro do *campus*, primeira luta de resistência ecológica da UECE, segundo Batista (2022); com a manifestação *A UECE na Praça*, que reuniu estudantes na praça José de Alencar, no centro da cidade, conclamando a comunidade fortalezense para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade; com a simbólica queima dos carnês que denunciava o pagamento de taxas e que tanto preocupava seus estudantes, pois temiam ser um caminho para a implantação do ensino pago, como observado em registros em jornais locais.²

² Alguns jornais locais traziam matérias tais como: Queima de carnês. Fonte: Jornal O Povo 07/02/1988, p. 07; Tumulto no protesto estudantil, Diário do Nordeste, Fortaleza, 28/08/1987, p.

Dentre esses registros, a figura 2 mostra o momento da queima dos carnês, com representantes estudantis.

Figura 02 – Queima de carnês.



Fonte: Jornal O Povo 07/02/1988, p. 07.

Essas foram algumas, entre tantas, mobilizações e lutas encampadas pelo movimento estudantil nos anos 1980, na UECE, período de plena transição democrática brasileira que exponho no tópico seguinte.

4. O Brasil na transição democrática e a retomada do movimento estudantil

No final dos anos 1970, o País mostrava um declínio na Ditadura Civil-Militar. Esse fato, que tomou o País em muitos aspectos, também havia chegado à universidade. Motta (2014) informa que, no fim do ciclo militar, as universidades estavam em crise, faltavam recursos e os salários eram corroídos pela inflação. Elas exerciam papel importante na formação de técnicos, profissionais,

12; Protesto contra taxa provoca atrito entre estudantes e polícia. Diário do Nordeste, Fortaleza, 28/08/1987, p. 12; UECE volta à normalidade com revogação de portaria. Fonte: Tribuna do Ceará, 28/08/1987, p. 11. UECE será paralisada amanhã em protesto contra a privatização. Fonte: Jornal O Povo, Fortaleza, 13/05/1987, p. 09. Essas matérias estão disponibilizadas no site: www.me1980uece.com.br

burocratas e intelectuais ligados à academia. Para o autor, “o modelo implantado foi elitista e socialmente injusto, como era o tom geral das políticas modernizadoras e desenvolvimentistas da Ditadura” (Motta, 2014, p. 352).

No interior de muitas das universidades brasileiras, ocorria um processo de reconstrução do ME, iniciado em meados da década de 1970. O movimento se reinventava e buscava caminhos para uma atuação política num contexto ditatorial, reestruturando suas entidades. O marco principal ocorre com o Congresso de reconstrução da UNE, realizado em 1979, na cidade de Salvador, o qual foi precedido pelos Encontros Nacionais de Estudantes (ENEs).

Nesse sentido, os anos 1980 dão andamento ao processo de reconstrução das entidades estudantis. Elas empunhavam a bandeira do fim da Ditadura. Em meados da década, a Ditadura Civil-Militar termina. Novos desafios e novas bandeiras são impostas e/ou afloram com mais força: autonomia universitária, democracia, educação pública e gratuita, dentre outras.

No final dos anos 1970 e durante a década de 1980, chegaram à universidade jovens nascidos nos anos 1960. Muitos foram criados sob o silêncio em relação ao regime vigente no País, entre os anos 1964 e 1985. Para muitos deles, eram limitadas as referências de lutas sociais, movimentos de esquerda, partidos políticos organizados ideologicamente, dentre outras questões. A adolescência coincidiu com a crise da Ditadura, com o marco do ano de 1979: a luta pela Anistia e o retorno dos presos políticos ao País e, na universidade, a reconstrução da UNE, dos Centros Acadêmicos e dos Diretórios Centrais. Aos poucos, o Brasil vai fervilhando e as ruas são tomadas na campanha pelas “Diretas Já!”.

Esse marco importante de mobilização por eleições diretas para presidente da República e seus desdobramentos, notadamente a eleição, via Colégio Eleitoral impôs mudanças em um movimento que já carregava inúmeras divergências internas: a divisão do país entre apoiadores da ida ao Colégio Eleitoral ou boicote ao mesmo; e posteriormente o apoio ao governo constituído ou oposição ao mesmo, aprofundou diferenças (Della Vechia, 2011).

Na UECE, as correntes que se opuseram à ida ao colégio eleitoral (Caminhando, Avançando, Alicerce) sofreram derrotas sistemáticas em eleições para os centros acadêmicos e para o DCE, que quebrando uma sequência de vitórias da Caminhando, perdeu para a chapa *Hora de Mudar*, identificada com a tendência Viração.

Nesse contexto, parte dos jovens estudantes brasileiros atuou, conforme evidencia a voz dos sujeitos sociais desta pesquisa. Cumpre destacar que o artigo traz fragmentos narrativos dos ex-militantes, pontuando vivências familiares, sociais e políticas que contribuíram ou não, para o engajamento no movimento estudantil.

Entre os estudantes que estiveram à frente do DCE e/ou das principais tendências estudantis presentes na UECE nesse período, ouvidos nesta pesquisa, está José Edelberto Araújo Oliveira³. O referido entrevistado relata sua chegada à UECE, sua aproximação com as lideranças já atuantes, Pedro Ivo de Sousa Batista, Neusa Helena Rocha Barbosa e Homero Magalhães Arruda (este último seu conhecido desde a antiga Escola Técnica Federal). Explica que seu ingresso na UECE se deu no segundo semestre de 1982, porém, somente em 1983 começou a militância no ME. Edelberto descreve o período da seguinte forma:

Para quem não lembra, ou para quem não viveu esse tempo, nós estávamos há vinte e três anos sem votar para presidente. Vinte e três anos, e a última eleição para presidente tinha sido em 1960. Aí teve o golpe 1964. A ditadura tinha dezenove anos. Foi o ano que existia uma insatisfação muito grande porque as condições econômicas se deterioraram, havia desemprego e um governo absolutamente impopular que era o do General Figueiredo, o general de plantão em Brasília [...] havia uma insatisfação muito grande. [...] 1983 é o ano em que foi lançada a campanha das Diretas, da votação da emenda do Dante de Oliveira e foi nesse contexto que o DCE surgiu. Tinha um pessoal que falava que já muito tempo existia uma comissão pró DCE, mas o DCE não saía. Até que houve uma situação que permitiu a eleição da primeira gestão. Então, fui participando das reuniões e fui me alinhando com as propostas. O cenário político se refletia, também, dentro da universidade, claro! Nós tínhamos um grupo que se reunia e acabamos formando uma chapa. E fui convidado, e eu nem esperava realmente ser convidado para participar da chapa. Nessa chapa a cabeça, a presidência, era o Pedro Ivo. Fomos eleitos, bem

³ OLIVEIRA, José Edelberto Araújo, [Entrevista cedida a autoa]. Leopoldina, 13 de abril de 2022.

votados. A vice era a Rosa, hoje falecida, e o secretário geral, o Marcelo (Oliveira, 2022).

O quadro descrito era o do final da Ditadura, no contexto da pressão para o seu fim. A bandeira empunhada pelo conjunto dos Movimentos Sociais e pelo ME: era a do fim da Ditadura Militar. As intensas mobilizações do período delineavam um quadro assim exposto:

greves, concentrações e protestos demonstraram o crescimento da organização de diversos setores da sociedade e tiveram papel importante no processo de abertura política do país. Por vários caminhos, desde o das reivindicações trabalhistas até os da preservação do meio ambiente, um grande número de pessoas trouxe a público fatos e opiniões que têm demonstrado o potencial existente para a defesa e o exercício da cidadania. Ao contrário dos anos 70, quando a rearticulação dos Movimentos Sociais teve um caráter de resistência e se realizou quase clandestinamente, hoje ela é aberta e vem se adaptando às estruturas institucionais de representação, como os partidos (Rodrigues, 1992, p. 05).

No interior da UECE, circulavam bandeiras gerais de lutas e, a elas, se juntavam às das reivindicações específicas do ME, como as melhorias físicas da universidade. Naquela situação, era urgente estruturar o DCE e as demais entidades de base. Foi criada uma Comissão Pró-DCE e, em 1983, realizado o / *Encontro dos Estudantes da UECE*. Nesse evento, a eleição da diretoria da entidade foi marcada para o mês de junho, vindo a ocorrer com a participação de duas chapas e uma “anti-chapa”; esta última alegou não haver tempo hábil para a realização do pleito eleitoral. Venceu a chapa *Construção* e, em 1º de julho de 1983, tomou posse a primeira diretoria do DCE.

O tópico seguinte privilegia os relatos desses ex-militantes, trazendo registros do que os moviam e como foram suas lutas naquele momento.

5. Narrativas de militantes estudantis da UECE na década de 1980

Desde o seu nascimento nas sociedades ocidentais [...] a ciência histórica se define em relação a uma realidade que não é nem construída, nem observada como na matemática, nas ciências da natureza e nas ciências da vida, mas sobre a qual se “indaga”, se “testemunha” [...]. Assim, a história começou como um relato, a narração daquele que pode dizer “Eu vi, senti” (Le Goff, 1990, p. 10).

Le Goff nos inspira a buscar o relato dos que viram, dos que sentiram, daqueles que lá estavam. Lutas, sonhos e mobilizações estiveram presentes dentro e fora dos muros da universidade. Quem protagonizava essas lutas? O que motivava aqueles jovens? Que compromisso tinham com a educação do País e que sonhos tinham para com o Brasil? Que vivências familiares, sociais e políticas tiveram antes de ingressarem na universidade, as quais contribuíram ou não para o engajamento no movimento estudantil? Essas indagações estiveram no roteiro das entrevistas realizadas via *Google Meet*, no primeiro semestre de 2022.

Brito (2017) indica que, na bibliografia acadêmica sobre a história da participação política estudantil durante a Ditadura, prevalecem estudos sobre o movimento estudantil na cena pública, nos confrontos de rua, incluindo sua luta geral contra a Ditadura Militar, mas há uma ausência de pesquisas a respeito do ME internamente – nas instituições educacionais – que esquadrinhem suas lutas e os conflitos internos entre os diversos atores sociais. Aqui acrescento que há poucos trabalhos sobre os sujeitos que militaram. Quem eram e quem são eles? Nesse sentido, justifico as indagações anteriormente mencionadas.

Encontrei, na História Oral, um guia para melhor chegar a esses ex-militantes. Como especifica Alberti (1990, p. 04), o emprego da História Oral, “como método de ampliação do conhecimento e como fonte de consulta”, implica na compreensão de que ela:

apenas poder ser empregada em pesquisas sobre temas contemporâneos, ocorridos em um passado não muito remoto, isto é, que a memória dos seres humanos alcance, para que se possa entrevistar pessoas que dele participaram, seja como atores, seja como testemunhas. É claro que, com o passar do tempo, as entrevistas assim produzidas poderão servir de fontes de consulta para pesquisas sobre temas não contemporâneos (Alberti, 1990, p. 04)

Recorri a Santhiago e Magalhães (2020, p. 03), quando argumentam que, na orientação e discussão metodológica no campo da História Oral, “a entrevista seria o encontro de duas subjetividades, de dois conjuntos de saberes, de dois repertórios linguísticos etc., mas inclusive – e no meio de tudo isso – o encontro presencial de dois corpos”. No entanto, a eclosão da pandemia da COVID-19, no início do ano de 2020, impôs mudanças inevitáveis nas indústrias, nas artes, nas

finanças, na política e na educação, alterando muitas das pesquisas pelo mundo afora. Dessa forma, se no âmbito da História Oral as entrevistas *online* costumavam ser observadas com cautela, novas ponderações são colocadas por Santhiago e Magalhães (2020). Os referidos autores argumentam:

Ao passo que a possibilidade de interações *online* é refutada com base na justificativa de que ela mutilaria os predicados de uma boa entrevista, suas vantagens são facilmente encobertas. Para mencionarmos apenas uma delas, lembremo-nos que em entrevistas *online* sequer precisamos utilizar gravadores de voz – objetos tão injustamente ocultados por alguns entrevistadores, que supervalorizam sua capacidade de intimidação dos entrevistados. A maior parte de nossas “vestes digitais”, afinal, já possui dispositivos de gravação embutidos – como ouvidos estendidos capazes não apenas de escutar intensamente, mas também de documentar (Santhiago; Magalhães, 2020, p. 06).

Para realizar uma pesquisa em um período pandêmico, com sujeitos em várias partes do País, foi necessário recorrer à tecnologia disponível no momento. Ressalto que a maioria, principalmente os que atuam na área da educação, não demonstrou dificuldades na utilização do *Google Meet*. Por meio dessa ferramenta, fui ouvindo esses ex-militantes, que trouxeram parte das suas histórias: da infância sob a Ditadura, do período de intensa militância na universidade e dos ideais que permanecem neles.

Fui constatando que esses jovens nasceram nos anos 1960 e viveram suas infâncias sob um período autoritário no Brasil. Estudaram, em grande parte, sob a Lei nº 5.692/71, que retirou o ensino de História e de Geografia do então 1º Grau e de Sociologia e Filosofia do 2º Grau e introduziu as disciplinas de Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB), respectivamente nos 1º. e 2º. graus e, a última, no ensino superior. O Ministério da Educação e Cultura (MEC), nos anos 1970, “identificava que havia uma ‘contaminação’ do organismo nacional tamanha que, mesmo as cadeiras de Educação Moral e Cívica, no Ensino Médio, e Estudos dos Problemas Brasileiros eram usadas pelos comunistas para ‘divulgar sua ideologia política’” (Brito, 2020, p. 868), mesmo considerando que livros didáticos foram censurados naquele período.

Esses jovens chegam à UECE trazendo traços dessa infância, alguns com referências políticas de familiares ou de conhecidos relacionados a episódios da

Ditadura Civil-Militar, outros sem vivências políticas em suas famílias. Em alguns lares, não se falava em política. Alguns temas eram evitados. Em comum, demonstraram que tinham um sentimento de coletividade, de justiça social, de preocupação com o próximo; a maioria pela formação católica, outros por influência ou por algum contato anterior com o mundo da política devido a um ou outro familiar.

A Ditadura Civil-Militar aparece nas suas memórias de infância de forma abrupta ou nos silêncios familiares, pelo receio de tocar em assuntos não permitidos. Ao falar sobre sua infância, Maria de Lourdes Pequeno⁴ relata que sua mãe, que era professora, eventualmente trazia alguma questão sobre a Ditadura. No entanto, evitava falar, com mais profundidade, sobre fatos referentes ao período. No impacto dessas lembranças, ela fez o seguinte relato:

[...] eventualmente, a gente ouvia algumas coisas e uma das coisas que mais me marcou, ainda na infância, e que tem a ver com minha militância no futuro é que uma amiga dela, tinha um irmão que foi preso. Essa amiga pediu para a minha mãe ir, com ela, visitá-lo. Lembro da minha mãe conversando com sua amiga e dizendo como tinha ficado impressionada porque o rapaz não abria a mão. Ele ficava com a mão fechada o tempo inteiro e, a minha mãe, achou aquilo estranho, mas em um dado momento, acho que ele se distraiu e soltou a mão. Elas viram que ele estava sem as unhas. E eu ouvi isso quando eu tinha sete ou oito anos de idade e isso ficou gravado na minha mente. Um irmão da amiga de minha mãe sofreu as torturas da ditadura (Pequeno, 2022).

Paulo Jorge de Oliveira Ferreira⁵, presidente do DCE na gestão 1987/1988, relembra que um dia, na sua infância, presenciou uma perseguição da polícia nas imediações da Universidade Federal do Ceará. Ele residia perto do bairro Benfica, onde se localiza parte da UFC, portanto, circulava na área. Curioso, quis saber o que ocorria com aqueles jovens. O pai desconversou, dizendo que não era assunto para criança. Muito posteriormente, Paulo Jorge, olhando com atenção o fato, e

⁴ PEQUENO, Maria de Lourdes, [Entrevista cedida a autoa] São Paulo, 08 abr. 2022. Ex-estudante de Enfermagem, ex-presidente do Centro Acadêmico Ana Neri, vice-presidente do DCE na primeira gestão proporcional (1989/1990) e ex-militante da tendência *Caminhando*. Atualmente é enfermeira em São Paulo.

⁵ FERREIRA, Paulo Jorge de Oliveira, [Entrevista cedida a autoa] Fortaleza 30/05/2022. Ex-estudante de Enfermagem, foi presidente do DCE na gestão *Tem que ser agora* (1987/1988), ex-presidente do C. A. Ana Neri, ex-militante da tendência *Caminhando*. Atualmente é Enfermeiro e prof. universitário.

já com estudos sobre aquele período histórico, concluiu que deveria ser mais um dos eventos de prisões estudantis que ocorriam naquela época, pois, possivelmente, aqueles deveriam ser estudantes da UFC.

Wellington Santos da Silva⁶, presidente do DCE na gestão 1988/1889, relembra que, na sua infância, teve pouco contato com as questões políticas, pois seu pai era militar, eleitor da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e temas políticos não eram discutidos em casa. Seus colegas eram também filhos de militares e, vivendo nesse universo, não havia muito espaço para o entendimento político. Na adolescência, vindo a residir em Fortaleza, em 1977, começou a ter contato com outros jovens e, também, a ouvir rock, o que, segundo ele, contribuiu para desenvolver um pensamento contestador. Ao ingressar no curso de Bacharelado em Filosofia, na UECE, depois de passar por escolas militares, veio a se organizar na tendência estudantil *Juventude Caminhando*, participando do CA de Filosofia e do DCE.

Muitos dos pesquisados relataram que, na infância, se compadeciam com a pobreza e com as desigualdades sociais, não entendiam por que havia pessoas em condições de tantas dificuldades e, mesmo que muito deles não tivessem muitas posses, notavam que havia crianças em situações ainda mais precárias. Essa preocupação com o próximo foi aparecendo na infância e na adolescência de muitos dos entrevistados. Maria de Lourdes Pequeno informou que, na sua adolescência, antes de ingressar na UECE, já participava de movimentos liderados pela igreja católica, realizando trabalhos de catequese e formação política. Era catequista e ao visitar a família de seus alunos da catequese relata que “entrava em contato com as pessoas que tinham doenças graves e não tinham acesso à saúde pública, o que me tocava muito. Paralelo a isso fui fazendo leituras mais ligadas à Teologia da Libertação (Pequeno, 2022).

⁶ SILVA, Wellington Santos da, [Entrevista cedida a autoa] Fortaleza, 24/04/2022. Ex-estudante de Filosofia, ex-presidente do DCE na gestão *É Preciso Ter Raça* (1988/1889), ex-diretor do CA de Filosofia, ex-militante da tendência *Caminhando*. Atualmente é administrador e aeroportuário aposentado.

Esses contatos com os problemas sociais e com as preocupações políticas nascentes estavam, também, em Homero Magalhães Arruda⁷. Segundo ele, o fato de haver estudado em colégio de padre contribuiu para ir se identificando com os diferentes, isto é, “com os que questionavam o regime militar que existia em nosso país, com aqueles que tinham uma visão diferenciada e que tinham um amor especial pelo próximo. Sentia a dor do próximo. Foi, com esses, que eu me identifiquei” (Arruda, 2022).

Pedro Ivo de Sousa Batista⁸ lembrou que, na mercearia do seu pai, muito criança ainda, era comum tirar doces e distribuir entre as crianças que ele considerava mais necessitadas. Edelberto também trazia uma forte formação cristã; havia feito o 1º Grau em escola católica e o 2º Grau na Escola Técnica Federal, mas, ao ingressar na UECE, já atuava no movimento Pastoral Universitária (PU).

Paulo Jorge de Oliveira Ferreira, antes de ingressar na UECE, com formação católica, viveu uma rica experiência numa Comunidade Eclesial de Base.

Eu fui militar com a Igreja Católica. Saí de Fortaleza em 1979 e fui viver numa comunidade católica na Bahia, trabalhando com Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs), no meu ramo, que era a saúde. Fui estudar um pouquinho essa questão e me perguntava por que as pessoas não tinham recursos? Não tinham nada. O que nós sabíamos de saúde era o que a gente aprendia de forma leiga e partilhávamos com essas populações. No interior da Bahia nos anos 1979, 1980, 1981, 1982. Nessa época [...] eu conheci o Paulo Freire pessoalmente. Nas reuniões da Diocese ele participava como consultor, para a organização política das equipes. Eu lembro, também, que nessa época, em 1982, especialmente, colhíamos assinaturas para a formação do PT. Eu contribuí com isso um pouco, eu era muito jovem, dezoito, dezenove anos, mais ou menos (Ferreira, 2022).

⁷ ARRUDA, Homero Magalhães, Entrevista cedida à/o autoa. Fortaleza, 13/04/2022. Ex-estudante de Medicina Veterinária, ex-presidente do DCE na gestão *Hora de Mudar* (1985/1986), ex-presidente do CA de Veterinária e ex-militante da tendência *Viração*. Atualmente é funcionário público da UFC.

⁸ BATISTA, Pedro Ivo de Sousa, Entrevista cedida à/o autoa. Brasília em 24/05/2022. Ex-estudante de História, primeiro presidente do CA de História e primeiro presidente do DCE na gestão *Construção* (1983/1984), ex-militante da tendência *Caminhando*, atualmente é ambientalista.

João Emiliano Fortaleza de Aquino⁹ também refletiu que a formação católica acabava despertando nele forte sentimento de inquietação e angústia, mesmo na sua infância. Relembrou a época no interior do Piauí e revelou:

Essa segunda infância eu vivi, assim, na rua mesmo. Era uma cidade pequena. Eu ia para a escola e de tarde, ia para o rio, para o igarapé. Uma coisa me chamava, sempre, muita atenção na infância: a miséria. Bom, eu, um menino de formação católica, muito sensível a essa coisa da miséria e, particularmente, das mulheres negras, as meninas negras, a miséria absoluta, o trabalho doméstico semiescravo... Estou falando disso porque eu acho que teve impacto sentimental, do ponto de vista da minha formação, da minha sensibilidade. E era sempre, sempre, motivo de muita angústia na infância (Aquino, 2022).

Assim, essas crianças dos anos 1960 e adolescentes dos anos 1970 chegam à UECE com o sentimento de que havia uma desigualdade social e que precisava haver uma mudança. Daí para a participação política organizada foi um caminho socialmente construído. Lá, encontram-se entidades sendo formadas e vários grupos políticos atuando.

Esses jovens, em sua maioria, pouco traziam sobre vivências políticas, mas encontraram uma universidade nova, se estruturando, com muitos problemas de infraestrutura e contemporânea de uma mobilização nacional pela retomada democrática. Aos poucos foram iniciando suas atuações nas entidades estudantis, e/ou nas correntes políticas e, paulatinamente, se formando líderes.

Na bagagem, portavam algum interesse pelas questões políticas. Pequeno (2022), por exemplo, relata que um dia estava numa parada de ônibus, perto de uma banca de revista, quando viu uma cena em que um rapaz pegava um jornal, colocava debaixo do braço e saía de mansinho. Ela, curiosa, o abordou e perguntou que jornal era aquele? “Era um jornal de esquerda. Então, com quatorze anos, eu tive contato com minha primeira leitura. Eu nem lembro agora exatamente, mas era um jornal do PCB, se não me falha a memória”.

⁹ AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. [Entrevista cedida a autoa]. Fortaleza, 14/06/2022. Ex-estudante de Filosofia, ex-presidente do CA de Filosofia, ex-secretário do DCE na gestão *Avançar na Luta* (1984/1985), ex-militante das tendências *Avançando* e *Venceremos*. Atualmente é professor do curso de Filosofia/UECE.

Homero Magalhães Arruda explica que, desde 1981, já mantinha uma proximidade com o Partido Comunista do Brasil, o PC do B. Assevera que:

tinha como referência do PC do B, a guerrilha do Araguaia, movimento armado, talvez o mais demorado em nosso país, pela reconquista da democracia. Comecei a ver com os olhos de quem visualizava a transformação da sociedade. Foi aí que eu entrei na Veterinária, me tornei o presidente do Centro Acadêmico. Inclusive, derrotando pessoas mais antigas dentro do curso. Entrei e, no primeiro semestre, já houve eleição e já ganhei. Começamos a ter um movimento, que era a Comissão Pró-DCE. No movimento pró-DCE a principal referência que nós todos tínhamos, inclusive eu, discordando politicamente dele, era o Pedro Ivo. Ele era a referência que tínhamos, era o mais qualificado, na minha forma de entender, o que tinha mais conteúdo, tinha um discurso mais aprimorado. Aí eu tive que ler mais ainda, não é? Para poder debater no campo das ideias, com esses quadros da esquerda (Arruda, 2022).

A militância de Arruda vinha do movimento secundarista. Na Escola Técnica, havia participado de um movimento para tomar o Centro Cívico Humberto de Alencar Castelo Branco, o qual estava inativo, na época. Seus caminhos de luta ocuparam outros espaços na cidade e encontraram outros ex-militantes estudantis, como ele relembra. Fizeram um movimento em 1979, numa comissão de estudantes secundaristas para ocupar a Praça José de Alencar, e ele relata:

Na época era proibido ocupar a praça, mas fizemos um grande movimento. Ali fui tendo contato com algumas pessoas, Sérgio Marques, que hoje é um dos donos da Livraria Lamarca. A Lucinha, que era também da época, o Guimarães, que agora é deputado federal pelo PT. Tinha o Osmar Júnior, que hoje é professor da UFC, e outras pessoas que a gente se articulava, na época, do Movimento Secundarista. Então, já tinha um certo grau de politização no Movimento Secundarista (Arruda, 2022).

Pedro Ivo ressalta a influência política do seu tio, uma liderança do “velho MDB” da Paraíba. Faz questão de destacar que sua primeira participação política foi, ainda, quando era secundarista, na campanha da anti-chapa do Ulisses Guimarães, relata:

Me engajei nessa campanha que tinha a galera do MDB, popular no Ceará: a Maria Luiza e o Iranildo Pereira. Eu tive um professor de História que me influenciou. Toda vez que vinha um presidente ditador no Ceará, ele era preso. Os professores passam pela nossa vida e deixam marcas muito importantes, às vezes eles nem sabem

que marcaram, não é? Ele me incentivou a ler o Manifesto Comunista, aí eu me apaixonei (Batista, 2022).

Pedro Ivo foi o primeiro presidente do Centro Acadêmico de História e o primeiro presidente do DCE. Tem um papel de grande relevância na história do ME na UECE. Praticamente todos os entrevistados fizeram referências a sua participação e influência políticas no período.

Assim como Pedro Ivo, João Emiliano também foi impactado pelo Manifesto Comunista e, com a sua leitura, pensou sobre a angústia que sentia ao presenciar a miséria na sua infância.

Sérgio Marques me convidou para uma leitura do Manifesto do Partido Comunista. Íamos para casa dele durante alguns dias das férias de julho de 1980. Deixemos assim dito, porque foi algo muito importante na minha vida, ler o Manifesto do Partido Comunista, aos quatorze anos, orientada a leitura pelo Sérgio Marques. O Juninho, Cleudo Junior, também participou. Foi tão impactante essa leitura, porque era uma explicação para o que eu sentia sobre o que era essa miséria. Eu lia muito assim, do ponto de vista de uma injustiça no meu olhar cristão, de criança, injustiça. Por que isso? (Aquino, 2022).

Neusa Helena¹⁰ conta que, na adolescência, ao começar a se interessar pelos movimentos sociais, seu pai, que não queria a filha envolvida com militância política, apresentou uma série de livros sobre a Ditadura Civil-Militar. Esperava que ela se assustasse e recuasse do interesse pela participação política, o que obviamente não aconteceu. Neusa se tornou uma das principais lideranças do movimento estudantil na UECE, participou de três gestões do *CA Livre de Serviço Social*, e do DCE, integrou a União das Mulheres Cearenses (UMC) e foi uma importante representante da *Caminhando* no Ceará.

Ela diz que, ao chegar à UECE, em 1980, existia um movimento Pró-DCE. Não recorda bem os nomes, mas se lembra de Herê Aquino e Rosa Sena, dentre outras que participavam da Comissão. Neusa fala do desejo de viver aquilo, de estar com aquelas mulheres de falas firmes, determinadas, que usavam roupas de inspiração *hippie*. Era um mundo novo do qual ela queria participar.

¹⁰ BARBOSA, Neusa Helena Rocha, Entrevista cedida à/o autoa. Brasília 26/07/2022. Ex-estudante de Serviço Social, vice-presidente do DCE na gestão *Avançar na luta* (1984/1985), integrou três gestões do *CA Livre de Serviço Social*, ex-militante da tendência *Caminhando*. Atualmente é Servidora Pública.

Eu era muito observadora, queria conhecer mais do movimento. E fazia muitas perguntas, o que assustou aqueles militantes, por que apesar de ser o final da ditadura, ainda era uma ditadura. Havia o medo de pessoas infiltradas no movimento. Quando conheci a Sandra Gadelha, a Alba Teresa e a Dulce, que eram da comissão pró-CA, eu entro para o grupo e, ainda, no primeiro semestre já me torno diretora do CA, diretora de esportes! Não tinha nada a ver comigo, mas não importava. Queria mesmo era participar de tudo aquilo (Barbosa, 2022).

Na UECE, já não eram mais crianças, eram jovens em um País de muitas desigualdades sociais e na efervescência dos movimentos sociais, que os faziam atuar dentro e fora da universidade. Na universidade, de acordo com Wellington Santos, defendiam: “a abertura do RU à noite, o fim do pagamento de taxas, a defesa do ensino público e gratuito, pois entendíamos que as taxas eram um caminho para a privatização do ensino” (Silva, 2022). Ele pontua ainda que

havia uma sintonia entre os movimentos sociais e a universidade. O ME não é isolado, tínhamos as questões específicas, por exemplo, a Reforma Universitária. Trazíamos pessoas para debater a situação da universidade, mas nossa atuação também estava em sintonia com os movimentos: sindical, feminista e de bairros e favelas. Havia toda essa integração entre os movimentos (Silva, 2022).

Matos (1998, p.15) também destacou essa sintonia. Líderes do movimento estudantil “apoiavam outros movimentos, participando de suas reuniões, congressos, passeatas, no intuito de fortalecê-los”. Dessa forma, viveram uma década de muita agitação e intensa participação política dentro da UECE, bem como fora dela. Viveram a crise da Ditadura, o seu fim e o processo de redemocratização do País.

6. Considerações finais

Os estudantes e os movimentos dos quais eles tomaram parte devem ser compreendidos a partir do tempo histórico, do lugar social e da cultura em que eles estavam envolvidos (Cruz, 2012, p. 438).

Final dos anos 1970, crise na Ditadura Civil-Militar, retomada dos movimentos sociais, reconstrução da União Nacional dos Estudantes (UNE), de DCEs e CAs.

Jovens construíram suas pautas e levantaram bandeiras que iam do direito a um bebedouro num bloco de aula, mudanças curriculares, melhores condições de infraestrutura da universidade às lutas por autonomia universitária, pela redemocratização do País, ao apoio às lutas dos trabalhadores brasileiros e das várias partes do planeta, fosse na Polônia, do sindicato Solidariedade; na África do Sul, exigindo o fim do *Apartheid*; ou na Nicarágua e em El Salvador, nas guerras e guerrilhas anti-imperialistas da época. A década de 1980 tem um dado singular: na primeira metade, viveu sob a Ditadura Civil-Militar; na segunda, o período de transição democrática. Essa particularidade interferiu diretamente na forma de atuação do ME. Na primeira fase, mesmo com divergências entre as tendências estudantis, a bandeira pelo fim da Ditadura era um ponto de unidade. A partir do início da transição democrática, há uma ampliação e uma diversificação das bandeiras de lutas.

Recém-inaugurada, a UECE adentra os anos 1980 com muitas demandas no que se refere à infraestrutura. Para o interior dos seus muros, chegam estudantes nascidos nos anos 1960, em plena Ditadura Civil-Militar. Encontram uma universidade contextualizada na crise da Ditadura e no processo seguinte de redemocratização do País. Parte desses jovens aderiu à militância política, nas entidades estudantis e/ou nas tendências políticas.

Esses jovens militantes ocupavam seu tempo em suas aulas e na atuação política com reuniões infundáveis, leituras de textos, análises de conjuntura, passagens em salas de aula, produção de cartazes e faixas, colações e pichações em muros, dentre as tantas atividades pertinentes ao período. Atividades que ocorriam dentro e fora da universidade. Boa parte deles era vinculada a organizações políticas, que atuavam no contexto dos movimentos secundaristas e universitários. Vale ressaltar que durante a década de 1980 não houve registro significativo de atuação organizada de grupos identificados como de direita em entidades da UECE; as gestões do DCE eram identificadas como de esquerda.

Dessas gestões há pouco material publicado, com exceção dos documentos que começaram a ser divulgados no site mencionado na introdução desse artigo.

Concluo o presente artigo, sublinhando o meu duplo lugar de ex-militante e de pesquisadora do ME. Na escuta atenta desses ex-ativistas, durante as entrevistas, em alguns momentos testemunhei a emoção expressa por eles. Mesmo compartilhando algumas daquelas lembranças, cabia ali o papel do historiadora que buscava nos registros desses ex-ativistas, parte das suas memórias, carregadas de sentimentos sobre um período tão intenso na História do Brasil e assim, buscar entender, melhor, a atuação estudantil, na UECE na década de 1980.

Não busquei romantizar ou supervalorizar um período e um tipo de atuação, mas registrar e deixar indícios para próximos estudos. Ao longo da pesquisa, a leitura de Maia Jr. (2008), no seu estudo sobre o ME na década de 1960, acabou me instigando mais reflexões sobre a década de 1980. No estudo do referido autor, ele constatava que o ME da década de 1960 não existia mais, entretanto, discordava que os sentidos das experiências daquele período estavam para sempre perdidos ou plenamente estabelecidos. Essa afirmação sobre esse outro momento histórico me fez pensar, também, no sentido e na não plenitude do estabelecimento dessas experiências do ME dos anos 1980. Ele também não existe mais, mas o que podemos refletir e aprofundar sobre esse sentido e essas experiências na década de 1980?

Referências

ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.

ARAÚJO, Raquel Dias. D. **O movimento estudantil nos tempos da barbárie: a luta dos estudantes da UECE em defesa da universidade pública**. 2006. 286f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2006. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/handle/ri_ufc/3287. Acesso em: 26 maio 2021.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: TAQ, 1979.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a resistência à ditadura militar (1964-1968)**. 2008. 240 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. Militância estudantil e memórias dos anos 1960. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 21, p. 94-131, maio/ago. 2017.

BRITO, Antonio Mauricio Freitas. A subversão pelo sexo representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 36, n. 72, p. 859-888, set./dez. 2020.

CASSIAN, Renato. Juventude e participação política: considerações sobre a militância estudantil nos anos 1970. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 32, p. 203-215, jan./jun. 2014.

CRUZ, José Vieira. **Da autonomia à resistência democrática: movimento estudantil, ensino superior e a sociedade em Sergipe, 1950-1985**. 2012. 527 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CRUZ, Maria Auxiliadora Gadelha da, SILVA, Henrique César de Oliveira. **Juventudes e Movimento Estudantil em Fortaleza: participação política dos estudantes da Universidade Estadual do Ceará entre (1979 e 1989)**. Fortaleza: [s. n.], 2023. Disponível em www.me1980uece.com.br. Acesso em: 10 de fevereiro de 2024.

DELLA VECHIA, Renato da S. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no período da redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977-1985)**. 2011. 411 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas: Papirus, 1997.

LACERDA, Gislene Edwiges de. **O movimento estudantil e a transição democrática brasileira: memórias de uma geração esquecida**. 2015. 216 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEAL, Maria Patrícia Moraes. **História e memória da FUNEDUCE e UECE: entre narrativas e documentos oficiais**. 2017. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2017.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MATOS AZEVEDO, Elvis. Efervescência, ebulição: reflexão sobre “momento sócio-musical” vivido na década de oitenta no movimento coral de Fortaleza. *In*: MATOS, Kelma Socorro Lopes de (org.). **Cultura de paz, educação ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade**. Fortaleza: Editora UFC, 2006. p. 241- p. 248.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Nas trilhas da experiência: a memória, a crise e o saber do movimento popular.** Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1998.

MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. /n: PERALVA, Angelina Teixeira. SPOSITO, Marília Pontes (org.). **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, ANPED, 1997. p. 5-6.

MENEGOZZO, Carlos Henrique. Bibliografia sobre estudantes e políticas sobre estudantes e política no Brasil (1960-2003). **Revista Perseu Abramo**, [S. l.], n. 11, ano 7, 2016. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/100/68>. Acesso em: 20 jul. 2021

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar.** 1. ed, Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MULLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979).** 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOVAES, Regina Célia Reys. **Juventude Brasileira.** Entrevista realizada em 24 de novembro de 2006. Disponível em: www.multirio.rj.gov.br/portal/riomidia. Acesso em: 28 jul. 2022

RODRIGUES, Marly. **Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças.** São Paulo: Editora Ática, 1992.

SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. **Anos 90. Revista do programa de Pós-Graduação em História**, Porto Alegre, v. 27, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1983-201X.102266>. Acesso em: 28 jul. 2022

SANTOS, Jordana de Souza. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70.** 2010. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. UECE. **Histórico.** [S. l.: s. n.]: 2022. Disponível em: <http://www.uece.br/institucional/historico/>. Acesso em: 20 jul. 2022.